

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 440.273 - SC (2018/0055399-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**AGRAVANTE** : JEFFERSON DIEGO PADILHA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : AURY CELSO LIMA LOPES JÚNIOR - RS031549  
VIRGINIA PACHECO LESSA - RS057401  
VITOR PACZEK MACHADO - RS097603  
ANTÔNIO BRUM BROSSARD DE SOUZA PINTO - RS110857  
**AGRAVADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO E FUNDAMENTAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PREJUDICIALIDADE. SÚMULA 21/STJ. NOVO TÍTULO. ELEMENTOS CONCRETOS. PERICULOSIDADE. *MODUS OPERANDI*. MOTIVAÇÃO IDÔNEA A JUSTIFICAR A NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR.

1. Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução (Súmula 21/STJ).
2. A superveniência de sentença penal condenatória, por constituir novo título judicial a embasar a constrição cautelar do acusado, torna prejudicado o exame de *writ* que questiona decreto de prisão preventiva anterior (HC n. 365.344/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 28/8/2017).
3. Existência de motivação concreta na decisão que decretou a prisão preventiva do ora agravante, evidenciada a periculosidade acentuada pelo *modus operandi* do crime praticado contra agente de segurança pública.
4. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator